



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – ENGENHARIA CIVIL

ENG1530 – Administração e Finanças para Engenharia

FONTES DE CAPITAL FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO

Goiânia

Junho / 2013



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA – ENGENHARIA CIVIL

ENG1530 – Administração e Finanças para Engenharia

BRUNO MAULER

EDUARDO BENEVIDES SOARES

ERICK LENNON MARTINS SOARES

MILENY SILVA REIS

PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA SARAIVA DOS SANTOS

VIVIAN KAREN RODRIGUES

FONTES DE CAPITAL FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO

Trabalho acadêmico apresentado a disciplina de Administração e Finanças para Engenharia do curso de Engenharia Civil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás de Goiás, como nota complementar da avaliação N2.

Docente: Prof^o Luiz Guilherme R. R. de Magalhães

Goiânia

Junho / 2013

Sumário:

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 O que é financiamento?	4
2. FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO	5
2.1 Políticas alternativas de financiamento de ativos circulantes	5
3. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO	6
3.1 Velocidade.....	6
3.2 Flexibilidade.....	6
3.3 Custo de dívida de longo prazo x curto prazo	6
3.4 Riscos da dívida de longo prazo x curto prazo	7
4. FONTES DE FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO	8
4.1 Diferidos	8
4.2 Fornecedores	8
4.3 Empréstimos bancários	9
4.4 Papéis de curto prazo	9
5. TIPOS DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO.....	10
5.1 Fontes de Capital.....	10
5.2 Fontes de Financiamento a Curto Prazo - Com ou Sem Garantias.....	10
6. CAPITAL DE INVESTIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS.....	14
6.1 Fatores Críticos.....	14
6.2 Capital de Empréstimo.....	15
6.3 Capital de Investimento.....	15
7. CONCLUSÕES.....	16
8. REFERÊNCIAS	17

1. INTRODUÇÃO

Para se ter retorno de um investimento é preciso acompanhar o mercado, mas onde conseguir o dinheiro para investir? Como obter o financiamento adequado ao ramo de atividade? Sem dúvidas, um dos requisitos essenciais para o sucesso na expansão da atividade é a habilidade para obter e manter o financiamento apropriado. Levantar capital é um dos requisitos básicos de um negócio. A necessidade de financiar está totalmente ligada ao mercado, “se o produto tem boa aceitação e a demanda exige cada vez mais, é preciso investir para não ficar fora deste mercado”.

Uma empresa tem duas formas de financiar a sua atividade: recorrendo a capitais próprios ou a capitais de terceiros. Tipicamente, os capitais próprios são aqueles que não têm qualquer contrapartida fixa de remuneração, ou seja, trata-se de capital que pode ou não ser remunerado de acordo com a rentabilidade gerada pela empresa. Os capitais de terceiros por seu lado, são aqueles que têm em contra partida uma remuneração mínima fixada (que pode ser uma taxa fixa ou variável, de acordo com uma taxa de referência de mercado) e que em regra possuem um esquema de reembolso previamente definido.

Normalmente, quando se pensa em iniciar um projeto empresarial fazem-se contas aos capitais próprios disponíveis para o investimento inicial. No entanto, é necessário ter em conta que o recurso a capitais alheios permite a "alavancagem" dos capitais próprios, isto é, aumenta o seu risco e também o seu retorno potencial.

Apresentaremos neste trabalho, as formas mais comuns de financiamento de curto prazo, suas políticas, vantagens e desvantagens.

1.1 O que é financiamento?

São operações financeiras por meio das quais são fornecidos recursos financeiros para a execução de um investimento previamente acordado entre as partes: empreendedor e unidade

credora. A finalidade pode ser desde a compra de um equipamento até a implantação de uma nova unidade ou complexo industrial. Os recursos devem, obrigatoriamente, ser empregados na finalidade contratada.

2. FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO

A maioria das empresas utiliza vários tipos de empréstimos de curto prazo para financiar suas necessidades de capital de giro. Estão incluídos empréstimos bancários, crédito comercial, papéis de curto prazo e diferidos. Entretanto, as empresas estruturam seus passivos circulantes em função da natureza de seu negócio.

O crédito de curto prazo é geralmente mais barato do que o capital de longo prazo, entretanto, é uma fonte de financiamento mais arriscada e menos confiável. As taxas de juros podem subir muito e mudanças na posição financeira da empresa podem afetar tanto o custo quanto à disponibilidade de crédito de curto prazo.

2.1 Políticas alternativas de financiamento de ativos circulantes

A maneira pela qual os ativos circulantes permanentes e temporários são financiados. A maioria dos negócios enfrenta flutuações cíclicas e/ou sazonais. Por exemplos. Empresas de construção têm picos na primavera e no verão, o pico dos varejistas é próximo ao Natal e os fabricantes fazem os fornecimentos para as construtoras ou varejistas que seguem padrões similares.

De forma análoga, todos os negócios devem acumular ativos circulantes quando a economia está forte, contudo, eles reduzem estoques e contas a receber quando a economia entra em recessão. Ainda assim, raramente os ativos circulantes caem a zero – as empresas têm alguns **ativos circulantes permanentes** (são os ativos que a empresa mantém mesmo durante épocas de baixa). À medida que as vendas aumentam durante a temporada forte, os ativos circulantes também aumentam, a esses ativos adicionais damos o nome de **ativos circulantes temporários** (são os ativos circulantes adicionais que são necessários durante os picos sazonais ou cíclicos).

3. VANTAGENS E DESVANTAGENS DO FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO

Apesar de o crédito de curto prazo ser, geralmente, mais arriscado do que o de longo prazo, a utilização de fundos de curto prazo tem algumas vantagens significativas. Os prós e contras do financiamento de curto prazo são considerados a seguir: velocidade, flexibilidade, custo de dívida de longo prazo x curto prazo e risco da dívida de longo prazo x curto prazo.

3.1 Velocidade

Um empréstimo de curto prazo pode ser obtido mais rapidamente do que um empréstimo de longo prazo devido à burocracia de um cadastro mais detalhado para o crédito de longo prazo.

3.2 Flexibilidade

Se uma empresa necessita de fundos para utilização sazonal, pode não desejar comprometer-se com dívidas de longo prazo por três motivos: - os custos da emissão são maiores; - apesar das dívidas de longo prazo poder ser paga antecipadamente, as penalidades pelo pagamento antecipado podem ser dispendiosas; - os acordos de crédito de curto prazo são geralmente menos restritivos comparados aos de longo prazo.

3.3 Custo de dívida de longo prazo x curto prazo

As taxa de juros normalmente são mais baixas para dívidas de curto prazo. Assim, sob condições normais, os custos com juros no momento em que os fundos são obtidos serão mais baixos se a empresa optar pelo crédito de curto prazo.

3.4 Riscos da dívida de longo prazo x curto prazo

Esta é a principal desvantagem do financiamento de curto prazo. Embora as taxas de curto prazo sejam menores o crédito é mais arriscado por dois motivos: - se uma empresa pega empréstimo a longo prazo seus custos com juros serão relativamente estáveis ao longo do tempo porém, se ela utilizar o crédito de curto prazo, suas despesas com juros serão instáveis, ficando muito altas em alguns momentos; - se uma empresa pega empréstimo a curto prazo, uma resessão temporária pode tornar impossível o pagamento da dívida no prazo e, se ela está em posição financeira fraca o credor pode não lhe liberar o empréstimo o que poderia ocasionar a falência da mesma.

4. FONTES DE FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO

Declarações sobre flexibilidade, custos e riscos da dívida de curto prazo *versus* longo prazo dependem, em grande extensão, do tipo de crédito de curto prazo que é efetivamente utilizado. Há numerosas fontes de fundos de curto prazo, abaixo descrevemos quatro tipos principais: - diferidos; - fornecedores; - empréstimos bancários; - papéis de curto prazo.

4.1 Diferidos

Diferidos são créditos passivos de curto prazo continuamente recorrentes, representam o crédito livre espontâneo.

Esses diferidos crescem automaticamente, ou espontaneamente, à medida que as operações da empresa (conforme mostrado no balanço patrimonial: salários a pagar, imposto de renda, previdência social...), se expandem. Além disso, esse tipo de dívida é “grátis”, no sentido de que nenhum juro explícito é pago sobre os fundos levantados por meio de diferidos. Entretanto, uma empresa não pode controlar seus diferidos, a distribuição temporal dos pagamentos dos salários é determinada por forças econômicas e costumes do setor enquanto as datas de pagamentos dos impostos são determinadas por lei. Assim, as empresas utilizam todos os diferidos que puderem, elas têm, porém, pouco controle sobre os níveis dessas contas.

4.2 Fornecedores

Fornecedores, ou crédito comercial, é a maior categoria de exigível de crédito de curto prazo, ele surge espontaneamente como resultado de compras a crédito.

As empresas devem utilizar todo o crédito comercial gratuito que puderem obter, porém elas devem utilizar o crédito comercial com custo somente se ele for mais barato que outras formas de exigível a curto prazo. Os fornecedores em geral oferecem descontos aos clientes que pagam dentro do determinado período de desconto. A equação abaixo pode ser usada para calcular o custo nominal, em uma base anual, de não se aproveitar dos descontos.

$$CN = \frac{PD}{100 - PD} * \frac{360}{DCA - \textit{Período de desconto}}$$

Onde:

CN – Custo nominal;

PD – Percentual de desconto

DCA – Dias de crédito em aberto

4.3 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são uma fonte importante de crédito a curto prazo. Os juros sobre empréstimos bancários podem ser estabelecidos como juros simples, juros descontados, ou juros adicionados. A taxa efetiva sobre um empréstimo bancário sempre excede a taxa cotada nominal, exceto para um empréstimo de juros simples em que os juros são pagos uma vez por ano.

Os empréstimos bancários para negócios com as empresas são frequentemente feitos por notas promissórias, esta deve informar, além da quantia tomada emprestada, a taxa de juros percentual, o cronograma de pagamentos, um colateral e quaisquer outras condições com que as partes concordarem. Geralmente seu vencimento é de 90 dias, atingido esse prazo, o empréstimo deve ser pago ou renovado. O banco pode recusar a renovação se a situação do empreendedor se complicar podendo criar sérios problemas à empresa. Abaixo segue as principais características dos empréstimos bancários.

4.4 Papéis de curto prazo

O papel de curto prazo é uma dívida de curto prazo sem garantia, emitida por empresas financeiramente fortes e grandes e vendida principalmente para outras empresas (companhias de seguro, fundos de pensão fundos mútuos e bancos).

Os vencimentos variam de um a nove meses, com a média de cinco meses. As taxas de juros geralmente são mais baixas do que o custo de empréstimos bancários, varia de acordo com as condições de oferta e demanda que é determinada pelo mercado e diariamente à medida que as condições se modificam. Seu uso está restrito a um numero comparativamente pequeno de grandes empresas que têm vários riscos de crédito.

5. TIPOS DE FINANCIAMENTO

Existem algumas modalidades de tipos de levantamento de crédito a curto prazo detalhados a seguir:

5.1 Fontes de Capital

- **Aporte de capital social:** Onde os sócios injetam dinheiro de origem de pessoa física através de recursos próprios e de familiares.
- **Maior prazo nas compras com fornecedores:** melhor negociação do prazo em compras parceladas perante os fornecedores.
- **Sócios / Acionistas:** Aquisição de novos sócios ou acionistas que investem na empresa acreditando no projeto apresentado.
- **Obtenção de recursos no sistema financeiro:** Empréstimos tradicionais de bancos públicos ou privados.

5.2 Fontes de Financiamento a Curto Prazo - Com ou Sem Garantias

Normalmente, empresas têm à sua disposição apenas um montante limitado de financiamento a curto prazo sem garantia. Para se obter fundos adicionais é necessário que se dê algum tipo de garantia. Em outras palavras, à medida que uma empresa incorre em montantes cada vez maiores de financiamento a curto prazo sem garantia, ela atinge um nível máximo, além do qual os fornecedores de fundos a curto prazo acham que a empresa oferece demasiado risco para se conceder mais crédito sem garantia. Este nível máximo está intimamente relacionado com o grau de risco do negócio e o histórico financeiro da empresa, entre outros fatores. Várias empresas são incapazes de obter mais dinheiro a curto prazo sem oferecer garantias.

Uma empresa deve sempre tentar obter financiamento a curto prazo sem garantia, visto que esta modalidade é menos dispendiosa do que o empréstimo com garantia.

Empréstimos com Garantia a Curto Prazo

Empréstimo a curto prazo com garantia é aquele pelo qual o credor exige ativos como colaterais (qualquer ativo sobre o qual o credor passa a ter direito legal caso o tomador não cumpra o contrato), geralmente em forma de duplicatas a receber ou estoques. O credor adquire o direito de uso do colateral mediante a execução de um contrato (contrato de garantia) firmado entre ele e a empresa tomadora.

Esse contrato de garantia indica o colateral empenhado para garantir o empréstimo, bem como as suas condições. Especificam-se, dessa forma, as condições exigidas para a extinção do direito sobre a garantia, a taxa de juros sobre o empréstimo, datas de reembolso e outras cláusulas. Uma cópia desse contrato é registrada em cartório público – geralmente um cartório de registro de títulos e documentos. O registro do contrato fornece aos futuros credores informações sobre quais ativos de um tomador potencial estão indisponíveis para serem usados como colateral. O registro em cartório protege o credor, estabelecendo legalmente seu direito sobre a garantia.

Apesar de muitos argumentarem que uma garantia reduz o risco do empréstimo, os credores não encaram desse modo. Os credores reconhecem que podem reduzir as perdas por ocasião da falta de pagamento, mas quanto à mudança no risco de não pagamento, a presença de garantia não tem qualquer efeito. Afinal, quem empresta não deseja administrar e liquidar garantias.

As duas técnicas mais utilizadas pelas empresas para obter financiamento a curto prazo com garantias são: caução de duplicatas e factoring de duplicatas:

- a) **Caução de Duplicatas a Receber** - Caução de duplicatas é, por vezes, usada para garantir empréstimo a curto prazo, uma vez que as duplicatas apresentam significativa liquidez.

Tipos de Caução:

As duplicatas são caucionadas numa base seletiva. O credor potencial analisa os registros de pagamento passados das duplicatas com o objetivo de determinar quais as duplicatas representam colateral aceitável para empréstimos.

Um segundo método é vincular todas as duplicatas da empresa. Esse tipo de contrato de alienação fluante é normalmente usado quando a empresa possui muitas duplicatas que, em média, tem apenas um pequeno valor. Neste caso não se justificaria o custo de avaliar cada duplicata separadamente a fim de determinar se ela é aceitável.

Processo para Caução de Duplicatas:

Quando uma empresa solicita um empréstimo contra duplicatas a receber, em primeiro lugar o credor avaliará as duplicatas da empresa, a fim de determinar se são aceitáveis como colateral. Além disso, elaborará uma lista das duplicatas aceitáveis, contendo as datas de vencimento e montantes. Se o tomador solicitar um empréstimo em valor fixo, o credor precisará selecionar apenas as duplicatas suficientes para garantir os fundos solicitados. Em alguns casos, o tomador poderá desejar o empréstimo máximo possível. Nessa situação, o credor avaliará todas as duplicatas, a fim de determinar o máximo de colateral aceitável.

- b) Factoring de Duplicatas a Receber** - O factoring de Duplicatas a Receber envolve a venda direta de duplicatas a um capitalista (factor) ou outra instituição financeira. O factor é uma instituição financeira que compra duplicatas a receber de empresas. O factoring de duplicatas não envolve realmente um empréstimo a curto prazo, porém é semelhante ao empréstimo garantido por duplicatas.

Contrato de Factoring:

O factoring é feito normalmente com notificação e os pagamentos são efetuados diretamente ao factor. Ademais, em sua maioria, as vendas de duplicatas a um factor são feitas sem opção de recurso. Isso significa que o factor concorda em aceitar todos os riscos de crédito; se as duplicatas forem incobráveis, terá que absorver as perdas.

Em geral, o factor não paga a empresa o total de uma só vez e imediatamente, ela paga de forma parcelada, de acordo com o faturamento da empresa, num período que se estende até a data da cobrança da duplicata (há casos em que parte do dinheiro só é liberado ao cliente após o desconto da duplicata). O factor geralmente abre uma conta semelhante à conta corrente bancária

para cada um de seus clientes, ele deposita dinheiro na conta da empresa (ou conforme contrato), ao qual pode sacá-lo livremente.

Uso de Estoque como Colateral

Nos ativos circulantes da empresa, o estoque é o colateral mais desejável após as duplicatas, em face da sua negociação no mercado por valores similares ao seu valor contábil, que é usado para fixar seu valor como colateral.

A característica mais importante do estoque a ser considerado como colateral para empréstimo é a sua negociabilidade, a qual deve ser analisada à luz de suas propriedades físicas. Um armazém de produtos perecíveis, como pêssegos, pode ser bastante negociável; porém, se o custo de armazenar e vender os pêssegos for muito elevado, poderão não ser um colateral desejável. Itens especializados, como veículos para explorar a superfície lunar, tampouco são um colateral desejável, visto que pode ser muito difícil encontrar um comprador para eles. Ao avaliar estoques como colateral para empréstimo, o credor se interessa por itens com preços de mercado muito estáveis, que possam ser liquidados facilmente e que não apresentem propriedades físicas indesejáveis (rápido obsolescimento, fragilidade, dificuldade de armazenamento).

Empréstimos com Alienação

Um credor poderá estar disposto a garantir um empréstimo com alienação de estoque, se uma empresa tiver um nível estável de estoque que consista num conjunto diversificado de mercadorias, e desde que cada item não tenha um valor muito alto. Já que é difícil para um credor verificar a existência do estoque, geralmente ele adiantará valores inferiores a 50% do valor contábil do estoque médio.

Empréstimos com alienação são muitas vezes exigidos pelos bancos comerciais como garantia extra. Eles podem ser obtidos também junto a financeiras.

Empréstimos com Alienação Fiduciária

Nestes casos o tomador recebe a mercadoria e o credor adianta algo em torno de 80% do valor de seu preço. O credor obtém uma alienação sobre os itens financiados, que contém uma listagem de cada item financiado, bem como sua descrição e número de série. O tomador fica liberado para vender a mercadoria, mas se responsabiliza por enviar ao credor o montante tomado

em empréstimo para cada item, acrescido dos juros, imediatamente após a venda. O credor, então, libera a alienação respectiva.

6. CAPITAL DE INVESTIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

Grande parte das empresas, a partir de um determinado estágio de sua vida, se defrontará com uma situação onde é preciso crescer a uma velocidade superior àquela que sua capacidade de financiamento pode suportar. Trata-se de uma fase onde ela deverá crescer para atingir um novo patamar.

A constatação de que a disponibilidade de capital próprio em breve será insuficiente para suportar o ritmo de crescimento remete ao fato de que mais cedo ou mais tarde grande parte dos novos negócios terá de buscar alguma fonte de capital de longo prazo para sustentar seu crescimento. Com base nestas argumentações, acredita-se ser de fundamental importância para o empresário desenvolver habilidades que lhe permitam maior nível de conhecimento e, portanto, controle dos processos de capitalização disponíveis no mercado, objetivando aumentar a taxa de sucesso do crescimento de suas empresas.

O objetivo principal da capitalização é reforçar a posição financeira da empresa a curto e médio prazo para que esta possa empreender novos planos de investimento, seja no desenvolvimento de novos produtos, seja na ampliação da posição de mercado. Os processos de capitalização em empresas pressupõem a existência de planos de investimento ou plano de negócios, no caso do desenvolvimento de novas linhas de produto. É fundamental que, antes da busca de capital, a empresa tenha definido e documentado claramente qual será a destinação dos fundos.

6.1 Fatores Críticos

Existem basicamente duas fontes de capital disponíveis às empresas: o capital próprio e o capital de terceiros.

As formas de capitalização dependem basicamente da origem do capital. A capitalização via capital próprio é, em sua maioria, simples e depende da existência de reservas de capital realizadas

pela empresa, da disponibilidade financeira dos sócios em realizar aumentos de capital ou de recursos levantados informalmente através de pessoa física (normalmente junto à família). Os recursos entram basicamente via conta Caixa ou através de aumentos de capital registrados em contrato (caso das sociedades Ltda).

A capitalização via capital de terceiros exige da empresa um maior nível de detalhamento de suas intenções (planos).

6.2 Capital de empréstimo

Linhas de financiamento convencionais: operadas por bancos comerciais, funcionam através de contratos de empréstimo, onde são exigidas garantias reais e aval. Os prazos são curtos e a remuneração exigida inviabiliza o projeto.

Linhas de financiamento subsidiadas/especiais: são disponibilizadas pelo governo e operadas por agentes oficiais e bancos comerciais. As condições são melhores do que as convencionais, principalmente com relação aos juros e prazo, porém grande parte delas exige garantias reais.

Programas de incentivos à capacitação e desenvolvimento: recursos disponibilizados pelo governo e operados pelos ministérios. São recursos de fundo perdido, com contrapartida dos projetos desenvolvidos pelas empresas.

6.3 Capital de investimento

Capitalização via novo sócio: no caso de Sociedades Limitadas, a entrada do novo sócio ocorre com alteração no contrato social da empresa. Não há remuneração pré-acordada para o capital e as contrapartidas são as cotas do capital social da empresa.

No caso de Sociedades Anônimas, existem outras formas de capitalização que permitem à empresa conseguir capital sem necessariamente conseguir um novo sócio. As Sociedades Anônimas possuem uma legislação específica que lhes permite lançar títulos junto ao mercado financeiro com

o fim de captar recursos. Estes títulos podem ter uma série de denominações, de acordo com a forma e o mercado a que se destinam.

7. CONCLUSÃO

É imprescindível que o responsável pela administração esteja totalmente comprometido tanto nos aspectos administrativos quanto gerenciais para que possa utilizar corretamente os recursos e não aleatoriamente.

Antes de adquirir um financiamento é necessário elaborar um planejamento dos gastos fixos e variáveis da empresa para melhor definição do que é melhor para a ela no momento. O administrador deve atentar para as condições comerciais inclusive taxas de juros, pagamentos e garantias implícitas ao contrato. O financiamento ideal é sempre o de menor custo para a empresa e o que causar o menor impacto no fluxo financeiro. A combinação desses dois fatores nem sempre será de fácil acordo.

Analisando as informações obtidas ao longo desse estudo, o financiamento que entendemos ser o ideal será sempre o de capital próprio dos sócios, onde será feito um aporte de capital aumentando a fonte de disponibilidade de recursos da empresa, com um custo a ser definido entre os sócios, que é normalmente abaixo do custo do financiamento de origem de capital de terceiros. Mas nem sempre os sócios tem capital próprio para esse tipo de investimento.

Outra modalidade onde o custo referente a taxas e prazos é interessante é a aquisição de um novo sócio ou acionista, que injetará um novo ânimo financeiro a empresa. Mas esse tipo de fonte de recursos nem sempre é benéfica a empresa, pois dependendo da quantidade de cotas de capital que o novo sócio adquirir, o impacto financeiro da divisão de lucros para o novo sócio poderá ser maior do que o impacto financeiro de empréstimo bancário convencional com ou sem garantias.

Com todas essas variáveis, o que a grande maioria das médias e grandes empresas veem buscando para conclusão de seus projetos, obras ou investimentos, é o empréstimo com bem em garantia, onde o parceiro financeiro utiliza menores taxas, tendo em vista que tem um bem como garantia caso a empresa não consiga arcar com seus compromissos financeiros.

Um exemplo prático onde esta modalidade está acontecendo é a construtora Brookfield, onde a Construtora aliena o bem a ser construído perante o parceiro financeiro, que no caso é o

Banco Santander, que em contra partida disponibiliza o crédito com taxas diferenciadas tendo a garantia do imóvel como fonte de pagamento caso a Construtora não consiga arcar com os compromissos firmados financeiramente.

Mas cada caso terá que ser estudado minuciosamente pelo administrador financeiro devido a característica de cada setor, de cada empresa.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGHAM, Eugene F. Administração Financeira: Teoria e Prática. São Paulo: Thomson Learning, 2011.

MATIAS, Borges Alberto. Finanças Corporativas de Curto Prazo: Gestão do Valor do Capital de Giro. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FORTUNA, E. Mercado Financeiro. 16 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.